

COMO AS INSTITUIÇÕES NASCEM: a reivindicação de direitos econômicos na periferia urbana pela museologia social

ALEXANDRA DA SILVA JOINHAS

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em
Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense
(PPGSD-UFF).*

ajoinhas@id.uff.br.

Resumo

Nesta comunicação irei abordar o projeto de musealização do imóvel "Casa do Administrador", tombado pela Lei Municipal nº 2.224/2008 de Duque de Caxias, denominado MUCASB - Museu Casa do Administrador do Núcleo Colonial São Bento. Essa ação foi mobilizada por associações de intelectuais da cidade, em especial pela Associação de Professores Pesquisadores de História (APPH-Clio) com recursos públicos. Em meio a um estado de exceção permanente, o grupo estudado transformou suas pesquisas acadêmicas sobre uma periferia da periferia, o bairro do São Bento em Duque de Caxias, em memória regional e local. Esse recorte utiliza como metodologia a análise de dados de narrativas retiradas de entrevistas concedidas por 07 (sete) desses intelectuais, da observação participante no MUCASB e no Museu Vivo do São Bento. Fundamento esta análise na perspectiva marxista pois o viés da classe trabalhadora periférica, foi o que gerou a intenção em se fazer a escrita da "História vista de baixo", mais especificamente na Baixada Fluminense. Foram geradas nesse contexto as primeiras pesquisas acadêmicas acerca da Fazenda do Iguassú e do Núcleo Colonial São Bento, as quais fundamentaram a criação dos Museus Sociais. Assim denominados, pois esses abrem espaço para a integração comunitária e acesso popular à memória da região.

Palavras-chave: Periferia. Memória. Instituições.

Abstract

In this communication, I will address the musealization project of the "Casa do Administrador" property, listed as a historical landmark by Municipal Law No. 2,224/2008 of Duque de Caxias, named MUCASB - Museu Casa do Administrador do Núcleo Colonial São Bento (Museum of the Administrator's House of the São Bento Colonial Nucleus). This action was mobilized by associations of intellectuals in the city, especially the Association of History Research Professors (APPH-Clio), with public funds. Amidst a permanent state of exception, the group transformed their academic research on a periphery of the periphery, the São Bento neighborhood in Duque de Caxias, into regional and local memory. This study uses as methodology the analysis of data from narratives extracted from interviews given by 7 (seven) of these intellectuals, and participant observation at MUCASB and the Museu Vivo do São Bento (São Bento Living Museum). I base this analysis on a Marxist perspective because the bias of the marginalized working class is what generated the intention to write "History from below," more specifically in the Baixada Fluminense region. In this context, the first academic research on the Iguassú Farm and the São Bento Colonial Nucleus was generated, which formed the basis for the creation of Social Museums. They are so named because they provide space for community integration and popular access to the memory of the region.

Keywords: Periphery. Memory. Institutions.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem o objetivo de analisar o processo de criação de Museu Social no bairro do São Bento pela Associação de Professores Pesquisadores de História (APPH-Clio), denominado MUCASB - Museu Casa do Administrador do Núcleo Colonial São Bento. A Lei municipal nº 2.224/2008 que instituiu o Museu Vivo do São Bento, foi também fruto da mobilização do grupo estudado. Essas instituições baseiam-se nas pesquisas acadêmicas desenvolvidas no curso noturno de História da FEUDUC - Fundação Educacional de Duque de Caxias. Essa Lei, ademais efetuou o tombamento dos lugares de memória e das edificações patrimoniais do percurso do Museu. Entre elas, o prédio colonial existente nas dependências da FEUDUC, adaptado como Casa do Administrador do Núcleo Colonial São Bento, onde funciona o Museu Social (MUCASB), instituído formalmente em 15 de novembro de 2025.

A Casa do Administrador além de ser a residência do administrador do Núcleo Colonial na Era Vargas, também foi o primeiro imóvel da FEUDUC e sua sede administrativa. Assim, sua ocupação por parte do grupo estudado é uma retomada ao espaço público do campus da Faculdade. Isso porque, a Fundação foi interrompida em 2015 após crises institucionais e políticas que serão abordadas em outro trabalho. Importa neste recorte que o campus da FEUDUC está abandonado e depredado, além disso, a prefeitura ocupou a maior extensão do terreno para a construção do que os funcionários denominam de um “parque olímpico”. Para isso, inclusive, foi desmatada parte da Área de Proteção Ambiental do São Bento, sem qualquer formalidade.

O que interessa neste recorte é o uso da memória social pelas instituições populares criadas pelos historiadores, tendo como viés teórico o marxismo desses, pois, “todos aqueles que escrevem a história vista de baixo assim o fazem na sombra da conceituação marxista da história” (Burke, 1992). O resgate à memória da Baixada Fluminense pela pesquisa acadêmica “proporciona também um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento de sua história.” (Burke, 1992). Isso é realizado pelo grupo estudado através da tecnologia do associativismo para captação de recursos e mobilização de símbolos e significados acerca do imóvel histórico. A inclusão na pauta pública municipal da defesa do patrimônio e memória da cidade é fruto das políticas de incentivo à cultura, onde o grupo sedimenta suas ideologias no campo político e social.

Este trabalho tem fundamento em documentos oficiais e semi-oficiais, memória e narrativa dos integrantes da APPH-Clio. O estudo foi elaborado a partir de observação participante no Museu Casa do Administrador e Museu Vivo do São Bento. O objetivo é descrever a memória enquanto um direito reivindicado na periferia e garantido pelo

fomento público que consolida os projetos de cultura popular. Sendo essas instituições emergentes que conferem a proteção de crenças e valores da população baixadense, com influência da cultura negra e de trabalhadores rurais.

1. “FEUDUC: A Faculdade mais Social da América Latina”

Figura: Museu Casa do Administrador do Núcleo Colonial São Bento



A FEUDUC sediou a primeira faculdade de licenciatura da Baixada (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências), apesar de privada, recebeu subvenções e funcionou em terras públicas para atender as “pessoas carentes”. Essa Faculdade, nas narrativas coletadas, representou uma oportunidade de ascensão social a indivíduos periféricos da Baixada Fluminense; teve seu auge nas décadas de 90 a 2010, período de pungência do curso noturno de História. Possibilitou, na periferia da periferia, a qualificação no ensino superior e ingresso na carreira de magistério nas redes públicas estaduais e municipais, assim como, na própria faculdade da FEUDUC.

Durante a pujança dos cursos noturnos, os professores notaram uma diferenciação entre o curso de licenciatura e bacharelado, sendo perceptível a ausência de disciplinas voltadas para a pesquisa acadêmica e mais para o ensino. Havia, ademais, uma proibição ao ingresso em mestrado e doutorado pelos formados nos cursos de licenciatura. Por essa razão, e por meio da partilha de ideologias comuns da

lógica do proletariado, com o desenvolver de uma identidade periférica na Baixada Fluminense, foram elaboradas pesquisas acadêmicas sobre a História Local e Regional por esses intelectuais, ainda no âmbito do funcionamento da FEUDUC.

No entanto, a Fundação e o famoso departamento de História vivenciaram crises institucionais que deram fim ao curso e à Faculdade. De acordo com os interlocutores, a Fundação enfrentou falhas de gestão, em meio a uma crise econômica e política em 2008. Segundo essas narrativas, os fundadores, pessoas da elite local, faziam compras de alto vulto e destinavam cargos de poder a parentes e amigos. O fim da FEUDUC ficou mais próximo depois da demissão dos principais professores e chefes do departamento de História pelo presidente em exercício da Fundação, um candidato a cargo político da cidade filiado ao MDB.

Os intelectuais estudados são denominados como “professores-militantes”, categoria social que representa professores que mobilizam poderes na arena pública, no campo da educação e da cultura. Por meio do associativismo e da captação de recursos públicos, bem como da ocupação de imóveis públicos, esses professores-militantes desenvolveram os projetos de musealização baseados na pesquisa acadêmica financiada pelos associados. Assim, a partir da qualificação e experiência acadêmica adquirida na FEUDUC, os professores-militantes organizados produziram conhecimento sobre a região do São Bento na Baixada Fluminense. O Museu criado além de dar acesso à memória, promove a identidade de um povo na região; essa atuação interfere no processo de formação educacional e materializa ideologias progressistas defendidas pelos entrevistados.

A Casa do Administrador situada no campus da FEUDUC é uma edificação histórica construída nos anos 40 do século XX, resultado de um projeto de reassentamento agrícola denominado Núcleo Colonial do São Bento, na Era Vargas. Após o desmembramento da Fazenda São Bento do Iguassú, o governo do Estado Novo investiu no aterramento e ocupação de terras na Baixada Fluminense, com a intenção de garantir produção e abastecimento de alimentos para as metrópoles. A exposição do MUCASB retoma esse período da história, com ênfase na atuação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, e do operariado que construiu e movimentou a economia da região. O cotidiano dos trabalhadores e dos colonos é demonstrado pelas imagens coletadas pela pesquisadora Marlúcia Santos.

Com o processo de decadência da FEUDUC, o imóvel da Casa do Administrador, considerado pelos professores, um patrimônio histórico e cultural da cidade, encontrava-se vulnerável à ocupação ilegal e depredação. A ocupação do imóvel e o projeto de musealização fazem parte da estratégia desse grupo de preservação da memória

regional. Ainda mais porque a região passou pelo processo de periferização após sua transformação de rural para urbano, decorrente da ausência de aparatos públicos suficientes de saneamento, educação, saúde e segurança.

Além da cidade precarizada, a instalação de indústrias potencialmente poluidoras e o mercado de loteamento colaboraram para os estragos no meio ambiente nativo; rios poluídos, terras contaminadas e rodovias congestionadas. A classe trabalhadora foi compelida a se amontoar nos trens e ônibus com destino ao centro do Rio de Janeiro para ocupar os postos nas indústrias e empresas da Cidade Maravilhosa. Esse processo intensificou o conflito por terra e estabelecimento da classe trabalhadora foi por meio da autoconstrução de moradias e dos bairros, considerado este o embrião dos movimentos populares.

Organização popular é, assim, o principal movimento de resistência da sociedade civil em meio ao Estado de Exceção. Para que esses projetos “sobrevivam” o grupo mobiliza uma rede comunitária, para garantir a existência da cultura popular de ideologia marxista diante de outros poderes dominantes. O contexto de precariedade imposto sobre Duque de Caxias é a base sobre a qual é fundada a FEUDUC com a inauguração de uma Faculdade de Licenciatura; esse contexto oportunizou a organização de professores-militantes comprometidos com a educação pública e com o resgate da história da classe trabalhadora periférica. Em um cenário de “horror” e de violência de Estado, como narrado pelos interlocutores, o principal desafio é promover o acesso à educação e à memória social. A institucionalização do MUCASB representa para esses, o fruto decorrente da instituição da FEUDUC, que apesar de inativa, seu campus continua a promover educação patrimonial à população.

2. “Escavar” a história

É a metodologia do 'escavar'. (...) a APPH Clio, ela surge e a gente começa a fazer o trabalho de formiguinha mesmo. Ir para os lugares, cavucar, escrever. (...) a gente ficou fazendo uma escavação mesmo de busca de material e construção coletiva. E aí a gente vai organizar congresso, o primeiro congresso de professores pesquisadores da Baixada Fluminense é feito pela APPH-Clio, onde a gente vai pegar e vai começar a catar quem é que está pesquisando também. (...) A gente pintava também né, porque a gente alugava vans, a gente ia de ônibus para fazer passeios históricos, turísticos. Onde esses professores estavam à frente e eram de fotografar o terreno, de procurar e de entrar nas igrejas e ver o que tinha, e construindo esse arquivo, que, claro, já tinham outras pessoas que tinham construído, que estavam também nesse processo, só que não era tido como... não era visto como um arquivo da Baixada Fluminense.¹

¹ Entrevista da prof^a Sandra concedida no Museu Vivo do São Bento em 07/07/2025.

Figura: Exposição do Museu Casa do Administrador



O relato descrito foi retirado da narrativa da prof^a de História Sandra, formada pela FEUDUC, sobre a metodologia utilizada pelos associados da APPH-Clio para fazer pesquisa na Baixada Fluminense. Uma das dificuldades em fazer a história vista de baixo apontada por Burke (1992) refere-se às escassas documentações. Foi por meio do “escavar” a história regional e local que essa instituição agrupou um acervo com fontes e pesquisas acadêmicas sobre a Baixada Fluminense, em um “Centro de Memória”. Como citado, há nesse movimento uma influência marxista, que estimula o interesse em fazer pesquisa sobre “história vista de baixo”:

a expressão “história vista de baixo” implica que há algo acima para ser relacionado. Esta suposição, por sua vez, presume que a história das “pessoas comuns”, mesmo quando estão envolvidos aspectos explicitamente políticos de sua experiência passada, não pode ser dissociada das considerações mais amplas da estrutura social e do poder social. (BURKE, 1992, p. 54).

A estrutura social vivida na Baixada Fluminense pelos alunos-trabalhadores da FEUDUC, os direcionou à pesquisa pelo viés da materialidade marxista. Sobre o início das pesquisas, a prof^a Marlúcia relatou como fundaram-se os estudos de campo que deram origem às instituições estudadas:

(...) e para nós, a materialidade, ela era muito importante. Vou te dar um exemplo clássico. Você pode não saber nada sobre os tupinambás, um dia está fazendo uma obra lá no São Bento, uma urna funerária na sua cara com um sepultamento no interior, cachimbo, instrumentos pessoais do morto, tinha ali aldeia Sarapuí, você querendo ou não (...) Então, eu estou lembrando aqui do Thompson, quando ele viu uma notícia lá na Inglaterra, na floresta da Inglaterra, dos homens pretos sendo perseguidos e cometendo assaltos nas florestas. E só tinha uma notícia sequer (...). E ele começa esse trabalho de investigação. Depois você tem ali senhores e caçadores, uma obra inteira, uma produção de informação, de conhecimento sobre aquele processo histórico. (...) E isso, para mim, aquilo era muito significativo, porque a ideia de que a Baixada não tinha fonte, não tinha acervo, não tinha informação, você não podia... Como é que você vai produzir conhecimento histórico sobre esse território? Cadê as fontes? Não tem arquivo público na Baixada? (...) Então, outra coisa, como trabalhar com esses arquivos? Também era uma coisa difícil. (...) Então, como pesquisar, como cutucar, como escavar, você me entende? Isso era um trabalho árduo. E a ideia de que a Baixada não tinha fonte significava que não poderia ter uma escrita da história, percebe? (...) A questão da história oral nesse sentido da memória, ela aparece como uma ferramenta muito importante para trabalhar com a história mais recente. O que a gente descobriu com a história dos bairros, era como que os moradores possuíam, as populações possuem arquivos domésticos, caseiros, que eles são guardadores de fontes históricas incríveis que a gente não encontrava nos arquivos públicos. Isso ficou tão evidente lá com o Núcleo Colonial São Bento. Eu fui para todos os arquivos do Rio de Janeiro pesquisar o Núcleo Colonial São Bento e (...) não achava nada. Quando nós começamos a entrevistar, a ir na casa, nós encontramos, sabe o que? Estatuto da Cooperativa. Fotos. (...) Outra coisa também importante, mapas. A gente não tinha quase mapas antigos. Pegando a baixada. Por quê? Porque achava que a Baixada estava fora da história.²

Mais do que a dificuldade em organizar as fontes, há dificuldade em subsidiar as pesquisas. O associativismo é uma tecnologia social de organização do grupo de professores-militantes, os quais, mediante uma contribuição financeira, financiaram as pesquisas acadêmicas e os estudos para ingresso em mestrado e doutorado. A atuação desses indivíduos se integra ao do Estado, pelo conflito; ao formalizarem essas instituições baseadas nas pesquisas acadêmicas a contrapelo, reconhecidas pelas Universidades, o grupo mobiliza forças políticas e representa o seu próprio interesse na arena pública. Essa mobilização gera a materialização da memória de povos e regiões que tiveram sua história apagada pela narrativa oficial do Estado.

O conflito preexiste e a tensão tende a se estreitar quando essas instituições populares alcançam recursos públicos e influência política na cidade. Consequência da oposição extrema foi a mudança na direção do Museu Vivo do São Bento, em julho de 2025, que então administrada pelos professores-militantes, passou a ser pela Secretaria

² Entrevista da prof^a Marlúcia Santos de Souza concedida em sua residência no dia 15/09/2025.

Municipal de Cultura e Turismo de Duque de Caxias, após uma mudança legislativa. Ainda na narrativa da professora Marlúcia, isso se deve aos conflitos socioambientais existentes na Baixada Fluminense:

E o museu, ele era um museu de museologia social, museu ligado a Remus, museu de contestação. E eu acho também uma coisa que impactou muito é um museu chamado Eco-museu, num território de muitos conflitos ambientais. E aí tem os movimentos sociais ambientais que estão ali discutindo, propondo alternativa, lutando contra os interesses privados, sabe? De alguns políticos locais. (...) Ah, é um museu do SEPE, é dos movimentos. (...) Então você ter um museu que defende patrimônio ambiental numa terra de milícias, numa terra de um poder público que não tem uma visão de poder compartilhado, acha que quando eles são eleitos eles podem governar sozinhos a cidade sem considerar em nada. Outro aspecto, eles não aceitam ninguém estabelecendo qualquer crítica para eles, se tem crítica é inimigo, tem que ser derrotado. (...) Então a gente já conhece quem é esse poder público, já sabemos o quanto que eles não ouvem a sociedade. Eles não têm a menor visão de ciência, sabe? Eu acho que não tem nenhum amor pela cidade, pela história da cidade. É muito difícil, né?

Prova desse conflito entre os professores e a estrutura do poder político estabelecida em Caxias, é a instauração de uma obra pública sem licenciamento ambiental, no campus da FEUDUC, com devastações da mata nativa da região. A musealização da Casa do Administrador tem o objetivo de salvaguardar o imóvel contra os poderes dominantes, inclusive, o do Estado. O autoritarismo da prefeitura, nessa periferia, corresponde a uma violência simbólica, pois dificulta a articulação dos indivíduos e o avanço das pesquisas acadêmicas no território. A sociedade civil organizada, sem o apoio de instituições de controle do poder executivo, é expulsa para lugares mais precarizados e de difícil reconstrução da rede comunitária mobilizada no território, segregando-os.

A preservação da memória do imóvel da Casa do Administrador, somente é possível por meio da captação de recursos do governo federal e estadual. Na região, a cultura popular desenvolvida a contrapelo, com identidade periférica e influência marxista, é contrária à ideologia de que esse é um território violento, pobre de cultura e de ciência. Essa crença mantém o *status quo* das periferias, uma vez que a estigmatização impede medidas mais efetivas de mudança social. No imaginário popular é natural que as periferias sejam compostas de violência e desordem social, quando na verdade, essa estrutura é produzida pelo Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de musealização do imóvel tombado como a “Casa do Administrador” é resultado da atuação da sociedade civil organizada, especificamente da Associação de Professores Pesquisadores de História (APPH-Clio), criada durante o funcionamento da Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC). Essas instituições promovem acesso à memória à comunidade, por meio de recursos federais e estaduais. Na narrativa dos interlocutores, o poder executivo municipal utiliza-se da precariedade a que está submetida a população periférica, para promover obras públicas sem licenciamento ambiental em terras que estão em discussão judicial. Sendo assim, em vez da norma, é o Estado de Exceção que impera nas decisões públicas nesta região.

Em contraposição ao autoritarismo do Poder Executivo, a sociedade civil organizada mobiliza poderes fundamentados na salvaguarda do patrimônio histórico-cultural para promover educação popular. A criação de instituições como um Museu Social, faz circular sentidos e ideologias contrárias à dominante. O direito à memória é reivindicado pela sociedade ao Estado e materializado por meio do acesso a direitos econômicos; já a musealização, assim como o tombamento de um imóvel público, baseiam-se em pesquisas acadêmicas. As principais metodologias utilizadas pelo grupo estudado para escrever “a história vista de baixo” foram o estudo de campo, o “escavar” a memória e a história oral.

Por meio destas ideologias, os sujeitos periféricos tiveram a oportunidade de superar a vulnerabilidade causada pela precariedade, como aquela que advém do apagamento de suas histórias e narrativas do cenário público. As mudanças sociais promovidas pelo grupo estão em conflito com o biopoder do Estado, pois sediadas em uma periferia cujo contexto político é de autoritarismo do Poder Executivo. Apesar do tombamento do imóvel e a musealização, ainda persiste o trauma social de que este equipamento cultural seja demolido ou vandalizado.

Ainda assim, as manifestações culturais materializadas como fruto da mobilização e conquista popular representam o alívio da tensão sobre os sujeitos periféricos, pois são nesses espaços que estes podem expressar sua ancestralidade, identidade e história. O diálogo com a burocracia estatal é possível pela institucionalização do associativismo, o que os interlocutores denominam de “andar em bando”. As estratégias de articulação política envolvem a ocupação de imóveis públicos e privados, pesquisa acadêmica sobre a história local e regional da Baixada Fluminense e qualificação profissional dos associados.

Os professores-militantes, ao representarem determinado corpo social em dado momento histórico, definem um imóvel como patrimônio cultural de uso público. Circulam, assim, símbolos, sentidos e ideologias que difundem uma consciência sobre

a estrutura social e a identidade rural e periférica da população baixadense. Evitar a perda patrimonial, com o projeto de musealização da Casa do Administrador, é um dos conhecimentos e técnicas de mobilização praticados pelas instituições populares em Duque de Caxias. Neste projeto, resgatar a herança colonial da cidade é também publicizar para a comunidade as causas e consequências da periferização e do autoritarismo estatal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio, 1942. **Estado de exceção**; tradução de Iraci D. Poleti. - 2. ed. - São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de sítio).

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.

BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tania Maria Amaro. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade**. Duque de Caxias, RJ: APPH-Clio. 2010.

BURKE, Peter. **A Escrita da história: novas perspectivas**; tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CEFAI, Daniel. Públicos, Problemas Públicos, Arenas Públicas... O que nos ensina o pragmatismo (Parte I). 2017. **Novos Estudos** - CEBRAP 36, n.º 01 (março de 2017): 187–214. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25091/s0101-3300201700010009>. Acesso em 30 de out. de 2025.

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos estudos**. CEBRAP 39 (1). Jan-abril 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300202000010005>. Acesso em 27 de fev. de 2025.

DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**. (tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura). - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Lucia Helena Pereira da. As emancipações políticas na década de 1940 e a construção de uma periferia: o caso de Duque de Caxias. **Revista Mosaico**. 09 (2): Suplementos, 19-25, 2018.

SOUZA, Marlucia Souza de. **Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias**. Duque de Caxias, RJ. APPH-Clio, 2014.